

PROCESSO - A.I. Nº 180461.0004/02-5
RECORRENTE - PAPELCIA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 4º JJF nº 0314-04/02
ORIGEM - IINFAZ BONOCÔ
INTERNET - 29.05.03

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJP Nº 0267-11/03

EMENTA: ICMS. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. FALTA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA. Modificada a Decisão. Os documentos foram trazidos aos autos pelo recorrente, e a legitimidade dos créditos fiscais foi atestada pelo diligente da ASTEC, a pedido da representante da PROFAZ. Recurso **PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pelo autuado contra a Decisão da 4ª JJF, que, por unanimidade, julgou o Auto de Infração Procedente em Parte – Acórdão JJF nº 0314-04/02 – em que o recorrente se insurge, somente, quanto à infração 2 que trata da utilização indevida de crédito fiscal, pela falta de apresentação do competente documento comprobatório do direito ao referido crédito.

No seu Recurso Voluntário, o recorrente anexou farta documentação (fls. 395 e seguintes), acreditando que a acusação referente à infração 2 achar-se-ia totalmente esclarecida com a juntada das notas fiscais que geraram os respectivos créditos, e requereu que fosse declarada insubsistente esta exigência.

A representante da PROFAZ, na sua manifestação, por entender que a Decisão da 4ª JJF se deu pela não apresentação das notas fiscais que demonstrassem o direito ao crédito fiscal e que agora, supostamente, estariam sendo anexadas aos autos, requereu, e a 2ª CJP, na sessão realizada no dia 31-10-2002, deferiu o seu pleito, que o PAF fosse remetido ao autuante ou a ASTEC, para que ficasse esclarecido se as notas fiscais apresentadas legitimariam ou não os créditos utilizados.

O diligente da ASTEC, conforme Parecer nº 0005/2002 (fls. 740 a 742), trouxe a seguinte informação:

“Em face do exposto, concluímos que, efetivamente, as notas fiscais apensadas ao processo pelo autuado, em seu Recurso, correspondem à origem dos créditos objeto da infração 02, glosados por não ter sido apresentada a competente documentação comprobatória de direito ao aludido crédito, quando solicitada pelo autuante, por ocasião da fiscalização. Apuramos, também, tratar se de materiais de suprimento de informática, cujas notas fiscais encontram-se devidamente escrituradas nos competentes livros de registros fiscais.”

A representante da PROFAZ exarou novo Parecer, pontuando que o cerne do item 2 da autuação consiste na utilização indevida de crédito fiscal, sem a apresentação do documento indispensável, mas que o recorrente acostou aos autos, em sede recursal, as notas fiscais

respectivas, o que decerto descaracteriza a suposta infração fiscal, e que a revisão detalhada do lançamento tributário executada pela ASTEC confirma a legitimidade dos créditos fiscais.

Opinou pelo Provimento do presente Recurso Voluntário.

VOTO

Pelo que foi dito, o deslinde da questão tornou-se extremamente simples.

O item 2 do Auto de Infração, sob Recurso Voluntário, exigia imposto em razão da utilização indevida de crédito fiscal, pela falta de apresentação do competente documento comprobatório do direito ao referido crédito.

Tais documentos foram trazidos aos autos pelo recorrente, e a legitimidade dos créditos fiscais foi atestada pelo diligente da ASTEC, a pedido da representante da PROFAZ.

Destarte, o meu voto é pelo PROVIMENTO do Recurso Voluntário apresentado pelo autuado, para modificar a Decisão recorrida e julgar PROCEDENTE EM PARTE o Auto de Infração, com a exclusão do seu item 2 que considero insubsistente.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **PROVER** o Recurso Voluntário apresentado para modificar a Decisão Recorrida e julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **180461.0004/02-5**, lavrado contra **PAPELCIA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$4.916,15**, atualizado monetariamente, acrescido de multa de 60%, prevista no inciso II, “b”, do artigo 42, da Lei nº 7014/96, e dos acréscimos moratórios, além da multa no valor de **R\$34.440,19**, atualizado monetariamente, prevista no inciso IX do mesmo artigo e lei.

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de maio de 2003.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

CIRO ROBERTO SEIFERT – RELATOR

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO SÉ - REPR.DA PROFAZ